

A FUNCIONALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A POPULAÇÃO LGBTQIA+

MARRONI, N. M. O.¹

RESUMO

O presente trabalho aplicou uma metodologia sobre a funcionalidade das políticas públicas focadas na população LGBTQIA+ no Brasil, e como elas são oferecidas. Se por meios de ações, projetos e programas, essa população garante uma base apoiadora de suas causas ou se ainda assim são vítimas de violência. Para melhor compreensão do tema abordado, foi feita uma pesquisa bibliográfica, de caráter teórico viabilizando o uma revisão teórica de literatura do tema sugerido.

Palavras-chave: políticas públicas; LGBTQIA+; violência.

ABSTRACT

The present work applied a methodology on the functionality of public policies focused on the LGBTQIA + population in Brazil, and how they are offered. Whether by means of actions, projects and programs, this population guarantees a supportive basis for their causes or if they are still victims of violence. For a better understanding of the topic addressed, a bibliographic research was carried out, of a theoretical character, enabling a theoretical literature review of the suggested theme.

Keywords: public policies; LGBTQIA +; Software; victims; violence

¹ Nathalia Maria de Oliveira Marroni. Acadêmica do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade de Apucarana – FAP. Apucarana – Pr. 2020.

INTRODUÇÃO

Foi apenas no ano de 1973 que a homossexualidade foi retirada da categoria de doenças mentais pela Associação Americana de Psiquiatria, sendo posteriormente seguida pela brasileira, somente no ano de 1985. Essa retirada se deu, a partir de diversos movimentos sociais que buscavam por direitos a cuidados da saúde da população LGBT na época, devido a grande incidência do HIV/aids. Grupos que buscavam por políticas voltadas aos cuidados dos homossexuais e na tentativa de desassociação da doença com a homossexualidade. Após essa conquista feita pela comunidade, começou a ser trabalhado a questão da discriminação das pessoas integradas na comunidade LGBT. (FOUCAULT, M 2015)

Com esse movimento foi criada uma política pública que buscava combater a discriminação no Sistema Único de Saúde (SUS), conhecida como “Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, que vinha com o intuito de “promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo” (BRASIL, 2013, p. 18).

A partir disso, busca-se compreender a questão da violência cometida nos âmbitos que seriam responsáveis por acolhimento integral, e sendo assim, violência entende-se por violações de leis, normas e parâmetros que regem em conduta social e profissional. (BRASIL. 2013)

A nomeação de violência para a comunidade LGBTQI+ tende a alcançar diversos parâmetros, pois varia desde homofobia propriamente dita, ao recuso de atendimento de mulheres e homens homossexuais, pelo único fato de serem quem são, e também a questão do uso dos nomes sociais, configurando em uma descrição negativa da diferença. Quanto a negação do uso do nome social em usuários da saúde, foi instituído em 13 de agosto de 2009 a Portaria nº 1.820 que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários de saúde. Este artigo garante o direito ao uso do nome social nos serviços de saúde e possibilitando ao usuário ser tratado pelo nome que preferir. (LEITE JR, J. 2008)

O problema decorrente, relacionado a comunidade LGBTQI+, é a questão do acolhimento de órgãos públicos de saúde, devido a falta de capacitação e preparo de seus gestores responsáveis.

Portanto, essa pesquisa aborda a real funcionalidade das políticas públicas voltadas à essa comunidade.

OBJETIVO

Introduzir informações e aprendizado sobre a realidade dos indivíduos da comunidade LGBTQIA+ em relação aos órgãos públicos oferecidos pelo estado. Visando mostrar o quão necessário é a luta diária por direitos reconhecidos pela sociedade.

MÉTODO

A presente pesquisa, aborda o caráter teórico qualitativo, onde será feita uma coleta de dados científicos através de pesquisas bibliográficas referentes ao tema em questão. Viabilizando a revisão de leitura da área do conhecimento, seguindo varias etapas para o levantamento de dados.

Conceitos sobre a comunidade LGBTQIA+, sobre toda a questão histórica da comunidade, como se dão as violências em âmbitos públicos que deveriam proporcionar acolhimento, e quão veladas eram/são essas violências, foram abordadas no trabalho através de leituras de literaturas.

As fontes utilizadas neste trabalho foram encontradas por meio da biblioteca virtual da Faculdade de Apucarana (FAP), Google acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Obteve-se uma leitura seletiva, onde foram selecionadas somente as literaturas mais relevantes para a abordagem do tema.

RESULTADO

Foi averiguado através da pesquisa bibliográfica que a sociedade em que os indivíduos da comunidade LGBTQIA+ estão inseridos hoje, sofrem diversos tipos de violências, sejam elas, dentro ou fora de suas casas, e são também nos momentos em que o sujeito busca por acolhimento nos meios públicos, que acaba por passar por situações de violência, muitas vezes por falta de preparo dos profissionais que estão designados a exercer suas funções em órgãos públicos.

CONCLUSÃO

A partir do estudo realizado sobre a funcionalidade das políticas públicas para a comunidade LGBTQIA+ e sobre as violências sofridas pela mesma, podemos concluir assim, que a discussão sobre o reconhecimento da incapacidade preparatória e operante dos profissionais em áreas de acolhimento, é de extrema importância, pois é um assunto que ainda é rondado por diversos tabus, justamente pela falta de conhecimento dos colaboradores da área. E é uma problemática, que quanto mais discutida e mais reconhecida, passa a se tornar cada vez mais fácil de lidar com o acolhimento desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

MELLO, Luiz et al . Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro , n. 9, p. 7-28, Dec. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872011000400002&lng=en&nrm=iso>.

BRASIL. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT . Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

LEITE JR, J. Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. 230 p. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3992> >

FOUCAULT, M. História da Sexualidade 1: a vontade de saber. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015

